



ATA DA 275ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COTIA – CMDCA/SP

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, realizou-se, por videoconferência (plataforma Zoom), a 275ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cotia – CMDCA/SP. Presentes os representantes do Poder Público: Adriano Pires de Oliveira, Marcus Vinicius Aparecido Borges, Glauci Alessandra Almeida Abbahão, Noeli Cristina de Almeida e Polyana Carvalho Lara; e da Sociedade Civil: Janice Jane Testa Silva, Gabrieli Antunes, Silvana Bezerra Silva, Vanessa de Castro Pedroso. Também participaram representantes de OSCs e convidados: Veronica Lima (Semente), Geusa (Aliança da Família), João Antônio da Silva (Cáritas), Ayde Sumiko (Casa do Moinho), Edith (TABEA), Maria Fernanda (Paullus), Fatima Pina (Cepro), Renata Boquio (Assoc. Filantrópica Criança Feliz), Amanda e Marília (Abrahipe), Bruna Ferreira, Daniele Bretanha e Luana Karen (Conselheiras Tutelares), Mary Teófilo, Joelito Ferreira e Claudinéia Magalhães (Secretaria de Desenvolvimento Social e Periferias). A Assembleia foi presidida pelo vice-presidente Adriano, dado a ausência do Presidente por questões de saúde, o que foi devidamente justificado. Foi verificado o quórum e na ausência de seu preenchimento foi infirmado pelo Vice-Presidente do CMDCA Sr. Adriano que faria primeiramente os informes e, o que necessitasse de deliberação seria feito posterior a entrada dos demais conselheiros de direito. O primeiro informe foi o item 2. Escuta Especializada (reformatar comitê), assunto que já vem sendo discutido há um tempo no CMDCA, desde a solicitação do Ministério Público junto com o Fórum Municipal da Vara da Infância e Juventude, para criação do serviço de escuta especializada para as crianças vítimas de violências, sendo esclarecido que existia um comitê, composto por membros de vários seguimentos e secretarias, conselho tutelar, porém com a troca de governo houve a necessidade de reformulação, devido as alterações de funcionários, por isso foi solicitado e ocorreu a indicação de novos membros e já foi enviado para publicação do decreto, informando a nova composição do comitê. Também foi solicitada a contratação de uma empresa para realizar o diagnóstico no Município identificando onde tem os maiores índices de vulnerabilidade, de violências contra as crianças e adolescentes, para ver onde é melhor implantar o serviço, levando em consideração o tamanho e as regiões que compõem o Município, informou que a contratação será custeada com os recursos do FUCONDI. Dessa forma, foi encaminhado memorando à SDSP solicitando a referida contratação de empresa especializada, inclusive com a indicação de empresa que já fez o mesmo serviço em outro município. Frisou o vice-presidente a importância do CMDCA por meio de seus conselheiros acompanhar a realização deste diagnóstico para ter acesso aos índices e dados relevantes para a construção dessa política



pública. Abriu para os conselheiros se manifestarem e a Dona Edith perguntou qual será o material usado para a realização do diagnóstico? E a resposta foi que provavelmente por meio de colheita de dados tanto do IBGE, dados públicos, bem como de dados constantes nos equipamentos do município que tenha atendimento de crianças vítimas de violência, CT, Educação, Saúde. Podendo ser sugerido outras formas que não estiverem contempladas na relação da Empresa. Dona Edith disse que considera essa informação importante, pois é preciso saber como se chegou ao diagnóstico. Adriano sugeriu que podemos solicitar após a conclusão da contratação que um representante explique a metodologia para a realização deste diagnóstico, andamento, logística, para todos terem ciência de como será. Informou sobre a importância de ter acesso, e enfatizou que será um documento público. Na sequência o João se manifestou dizendo que na verdade é um desperdício de dinheiro público, porque se todos estivessem fazendo a lição de casa, se o Conselho Tutelar tivesse passando os dados, CRAS, CREAS, se toda a rede de proteção tivesse os dados ou relatório, e não é falando mal do conselho tutelar, é um problema estrutural, a ausência de dados, não haveria a necessidade de usar o recurso para contratação de uma Empresa. A Conselheira Bruna pediu o direito de fala e mencionou que concorda (corte na fala) há tempos é solicitado a informatização do conselho que nunca acontece e que recentemente comentou com o Robson sobre a estatística que existe, e que não reflete a realidade, não quantifica ou qualifica nada, é preciso repensar sobre ela, informou que o sistema que o próprio Governo Federal disponibiliza, o SIPIA, não é utilizado e poderia formar estatística, mas não está implementado no município porque embora disponível ele não está integrado com a rede, com as informações do município (saúde, educação), foi feita tentativa de utilização, mas ele não permite a finalização do cadastro de violação e o direcionamento, para isso seria necessário o sistema estar alimentado com os dados do município (secretarias, serviços), precisa que alguém faça isso, o que não aconteceu até a presente data. O vice-presidente informou que irá notificar as secretarias responsáveis para identificar quem possa estar inserindo estes dados no sistema. Edith perguntou sobre o custo do contrato, qual o valor e foi informado que foi aprovado na assembleia anterior, e foi confirmado a informação de que o custo será de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). João agradeceu a informação que a Bruna explanou e frisou que o SIPIA e o SINASE historicamente estão previsto em ata, mas nunca saíram das atas, e será dispensado um valor como esse, com uma empresa, mas não se gasta 10 para a conclusão da implementação do sistema, e o vice-presidente concordou, e disse que falta planejamento, mas o sistema está funcionando há anos e que há diversos cursos disponibilizados gratuitamente para todos. Joelito, solicitou a palavra e esclareceu que dentro da construção do Plano Decenal, mencionou quais são os serviços que integram o sistema de defesa de garantia de direito, que não é só o conselho tutelar, então todos devem contribuir para a construção desse diagnóstico. Neste



momento foi verificado se tinham quórum e confirmando que sim, passou para a deliberação do item 1 da pauta a ser: Apresentação para deliberação das atas ordinária 274 e extraordinária 31, perguntou se todos haviam recebido e se havia algum apontamento para correção, como não houve manifestação partiu-se para deliberação e as atas foram aprovadas por unanimidade. Item 3. Parecer da Comissão de análises de documentos acerca dos pedidos de inscrição/renovação no CMDCA. Claudinéia fez a leitura do parecer da comissão, referente ao Instituto Caritas que teve parecer favorável para o projeto Jovens Talentos, porém com ressalva de que será preciso apresentar Licença de Funcionamento e Vigilância atualizados, e o projeto que tem a Certificação do Ministério do Trabalho Jovem Aprendiz (Curso de Assistente Administrativo e Comercial, Auxiliar de Operações e Logística e Atendente de Varejo), parecer favorável sem ressalva. Para deliberação foi aprovado o parecer de renovação da certificação da entidade para os dois projetos, com prazo de 30 dias para cumprimento da ressalva apontada. Adriano aproveitou para informar que a Comissão de Análise de Documentos das entidades só tem dois membros titulares do conselho e os demais membros são convidados, que por isso a demora na análise, o que pode vir a prejudicar as entidades, assim perguntou se algum conselheiro gostaria de integrar a comissão, e se manifestou a conselheira Ayde e a Dra. Vanessa, se disponibilizando em participar. Item 4- Eleição para composição da nova gestão do CMDCA – (escolha da comissão de eleição), essa gestão acaba o mandato em julho e precisa ser feita uma nova eleição, e para a realização desta, precisa ser criada a comissão de eleição, ressaltando que, quem for candidato não poderá participar da comissão e que o eleito só pode permanecer no cargo por dois mandatos, ou seja, só tem direito a uma reeleição. Posto isso, foi perguntado quem quer fazer parte da comissão, sendo inscrito o Adriano, o João por meio do chat, se disponibilizou a participar também, bem como a Gabriele, Maria Fernanda. Foi lembrado pelo Adriano e pelo João que as pessoas podem participar como convidados. Surgiu uma dúvida, feita pela Dona Jane, quanto a possibilidade da participação de uma outra pessoa que atua na Entidade Emanuel da comissão. Informou o Adriano não se recordar de nenhuma vedação no Regimento Interno, mas vale ressaltar que se após a formação da comissão se identificar alguma irregularidade, haverá prazo para impugnação, a princípio o único impedimento é da pessoa que é candidato, essa não pode ser integrante da comissão. Item 5- Fluxo de acolhimento e desacolhimento, informa o Presidente que foi realizada reunião com o Conselho Tutelar, CREAS e a SDS para a realização desse fluxo, foi solicitado que algum membro que tenha participado dessa reunião explanasse as tratativas, porém não havia nenhum presente na assembleia, por esse motivo, passou-se para o próximo item da pauta. 6 - Plano Decenal - Medidas Socioeducativas, frisou o João que foi criada uma comissão para revisar o plano vigente que está em vias de vencer, composta por ele, pela Ana do CREAS, e foi incluído no decorrer o Joelito e a Nanci do CREAS, salgo engano. Foi feito uma



avaliação prévia do plano anterior e levantado a questão de que não tem registro em ata ou publicação da data de aprovação do plano vigente, por isso se subentende que ele tem prazo de validade até o dia 31 de dezembro. Joelito que participou da reunião informou que tem sido feito melhorias, tais como linguagem, correções e atualizações de dados, estando o mesmo praticamente pronto para ser encaminhado, porém com a possibilidade de ter o diagnóstico do município por meio da empresa que implantará a escuta especializada, será possível utilizar os dados para atualizar também os gráficos existentes ao final do plano que estão compreendidos entre 2015 e 2025, e é preciso renovar estes dados para ser levado para aprovação. Foi solicitado pelo vice-presidente a apresentação desse esboço na próxima reunião para que todos tenham acesso ao material que está sendo desenvolvido, foi informado que já está disponibilizado no grupo do plano e a Claudinéia poderá disponibilizar. Item 7 da Pauta - Abordagem Social de Trabalho Infantil e PETI referente a esse serviço em uma reunião com vários atores envolvidos (CREAS, SDS, CT), surgiu a ideia de contratar uma OSC para executar o serviço de abordagem sobre trabalho infantil. Foi passada a palavra para a Conselheira Bruna que participou da reunião, a qual mencionou que a mesma se deu pelo fato de terem sido oficiado, haja vista que a abordagem social é feita pelas assistentes sociais do Creas, não se recorda se uma vez por semana, ou seja, está sendo feita, contudo, o entendimento que foi levantado é de que no horário que está sendo realizada essa abordagem, não coincide com os horários em que estão na rua, pois frequentam as feiras de quarta-feira, de domingo e em Caucaia, assim a conversa foi no sentido de verificar a possibilidade de ser realizada essa abordagem fora do horário de expediente de trabalho, mas foi dito que não haveria essa possibilidade, então o Robson sugeriu a contratação de uma OSC para promover a implantação do PETI. Na sequência o Adriano disse ter recebido essa informação do Robson, que seria oficializado para fazer esse encaminhamento para a Secretaria de Desenvolvimento Social e ver qual a melhor forma de contratação, na elaboração de edital de chamamento público. João ia perguntar sobre a contratação, mas o Adriano mencionou ao final que será precedida de edital de chamamento público, a dúvida foi sanada. Na sequência o senhor Joelito, mencionou que a exploração infantil vai além das feiras, que tem outros trabalhos sendo exercido no comércio, no lava rápido, na agricultura etc, não é só no ambiente urbano, bem como a exploração sexual, tudo precisa constar neste documento que será encaminhado para a OSC. O Adriano mencionou que no edital deverá conter o máximo de informações sobre este assunto. Item 8 - Comissão de avaliação do edital Acqua Kids, informou o Adriano que houve a necessidade do desmembramento deste projeto, devido a necessidade de certificação de casa seguimento, para evitar prejuízo no edital. O Acqua Kids será custeado pelo FUCONDI e precisar ser formado a comissão de seleção que irá analisar todos os planos de trabalho, e de acordo com os critérios constantes do edital, irá pontuar cada item do plano, e assim é



PREFEITURA DE
COTIA



importante a participação para dar lisura ao processo já que a mais bem pontuada irá executar o serviço até dezembro de 2025. A análise será presencial, os envelopes serão abertos na secretaria, será lavrada ata e publicado o resultado. Posto isso, foi perguntado quem gostaria de participar e a Ayde se colocou à disposição para participar como convidada, mas neste momento o pedido é para que os conselheiros se disponibilize, porque já vai haver membros indicados pela secretaria, Silvana se disponibilizou e será publicado decreto. Item 9 - Demais assuntos ligados ao CMDCA. Maria Fernanda pediu a palavra para divulgar o serviço de convivência Centro Paulo, pois tem vaga para criança e adolescente, a partir dos 06 anos de idade até os 14 anos, um total de 20 vagas. Adriano pediu para ser lembrado para falar com a comunicação para divulgação deste serviço e das vagas em aberto. Só não há vaga no serviço de adulto, mas este tem lista de espera. João aproveitou para chamar a atenção para a questão da continuidade porque o serviço tem um limite de idade e precisa se avançar em Cotia, para que as instituições possam ser parceiras e dar continuidade do atendimento/acompanhamento daquela criança/adolescente. Edith falou apoiando a fala do João dizendo que apoia a continuidade de acompanhamento e dentro do possível realizam o encaminhamento para outros serviços, como jovem aprendiz, mas a saída do serviço de convivência é uma preocupação, mas frisou que do Monte Serrat ainda possuem 21 vagas devido à dificuldade de conseguir transporte, menciona que já foi encaminhado mensagem via WhatsApp, pois não possuem transporte próprio. O Adriano pediu para atualizar como está o pedido no CMAS, e a mesma informou que encaminhou o orçamento solicitado, neste momento o João pediu a fala pois participou da comissão de análise deste requerimento, e foi solicitado por parte da comissão de políticas públicas do CMAS o envio de orçamento do custo referente a cada criança, pois faltou informação no requerimento, mas até agora não foi respondido. Maria Fernanda informou que a Paulos tem serviço voltado para jovens e adolescentes, mas fica longe, não dá para fazer encaminhamento, essa pauta é importante. Nada mais havendo a tratar, e não havendo manifestações adicionais, a reunião foi encerrada às 15h10min, sendo que eu, Fabiana Porfírio Gregório, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Vice-Presidente de Cotia,

Adriano Pires de Oliveira
Vice-Presidente do CMDCA

Fabiana Porfírio Gregório
Secretária do CMDCA